

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 141/142

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 19 DE OUTUBRO DE 2000

ANO XXVI

## *Mesa Diretora*

**NELSON JUSTUS**

Presidente - PTB

**CAÍTO QUINTANA**

1º Vice-Presidente - PMDB

**JOSÉ MARIA FERREIRA**

2º Vice-Presidente - PSDB

**NELSON GARCIA**

3º Vice-Presidente - PFL

**HERMAS BRANDÃO**

1º Secretário - PTB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Secretário - PPB

**RENATO GAUCHO**

3º Secretário - PSDB

**ÂNGELO VANHONI**

4º Secretário - PT

**LUIZ CARLOS ZUK**

5º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder Oposição</i> .....	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PL</i> .....	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>

## *Representação Partidária*

*PTB - 12: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho (licenciado) - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni (licenciado) - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Edno Guimarães - Luiz Carlos Martins; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PL - 02: Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSB - 01: Ricardo Maia; PSC - 01: Miltinho Puppio; SEM PARTIDO - 01: Antonio Carlos Belinati.*

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 105ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
19 DE OUTUBRO DE 2000**

(quinta-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Hermas Brandão e Basílio Zanusso.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nereu Moura, Orlando Pesutti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (53). Achando-se em licença o senhor deputado Ângelo Vanhoni,

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. 2º SECRETÁRIO**

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

**O SR. 1º SECRETÁRIO**

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 1961**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário, Regime de Urgência, para o Projeto de Lei nº 332/2000, que institui o processo de escolha dos Diretores das Escolas Públicas Estaduais mediante eleição direta e secreta pela comunidade escolar.

Sala das Sessões, em 19.10.2000.

(a) IRINEU COLOMBO

**REQUERIMENTO Nº 1965**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o duto Plenário, Retirada por 10 Sessões do Projeto de Lei nº 200/2000, item 08, em 1ª discussão, de autoria do ilustre deputado Neivo Beraldin, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 19.10.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

**REQUERIMENTO Nº 1958**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao município Piên, pelo transcurso de seus 39 anos de emancipação política, no próximo dia 01 de novembro.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo senhor prefeito municipal, Orlando Dranka, ao vice-prefeito senhor Moacir Grazi Gonçalves, bem como a todos os senhores vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Piên.

Sala das Sessões, em 19.10.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

**JUSTIFICATIVA:**

Através desta proposição queremos prestar nossa sincera homenagem com a nossa gratidão e reconhecimento à toda a população de Piên, que de uma forma ou de outra vem dando sua importante parcela de contribuição para o bem estar de todos e completo desenvolvimento do município.

É através da luta diária de seus municípios que Piên está conseguindo superar crises, vencendo seus problemas e mantendo seu município num processo de desenvolvimento constante.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, congratula-se com toda a população de Piên, principalmente com os que acreditam que é somente com trabalho e muito trabalho que se obtém segurança e se escreve o futuro construindo um Paraná melhor para os paranaenses.

**REQUERIMENTO Nº 1963**

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, o envio de votos de congratulações à professora Cynthia Werpachowski, da Escola Estadual Maria Nicolas, por ter recebido o Prêmio Incentivo à Educação Fundamental, do Ministério da Educação.

Sala das Sessões, em 19.10.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A professora Cynthia Werpachowski, da Escola Estadual Maria Nicolas, de Curitiba, foi uma das 15 vencedoras do Prêmio Incentivo à Educação Fundamental, distribuído pelo Ministério da Educação e pela Fundação Santista.

Cynthia foi premiada por um trabalho que desenvolveu com as crianças da 4ª série da escola, chamado "Pessoas Importantes", de valorização do idoso. A professora, percebendo que as crianças não reconheciam os próprios avós, resolveu levá-las ao Lar Ebeneser, em Campo Comprido, para que elas entrevistassem os velhinhos e reconstituísse, através de entrevistas, a vida de cada um deles.

Dessas entrevistas surgiu um livro, feito pelos próprios alunos, e posteriormente apresentado à comunidade. Também foram incluídos na edição entrevistas com os avós dos alunos.

A visita ao Lar Ebeneser foi feita durante este ano, na Páscoa. Além das entrevistas, os alunos apresentaram uma peça de teatro aos velhinhos. Para dar continuidade ao projeto, a professora pretende retornar ao Asilo no Natal.

REQUERIMENTO Nº 1964

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Congregação das Irmãs de São José, pela comemoração de seus 350 anos.

Sala das Sessões, em 19.10.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Congregação das Irmãs de São José comemorou esta semana 350 anos de existência. Fundada no ano de 1650, na pequena comunidade de Puy, localizada na França, pelo missionário e sacerdote jesuíta João Pedro Médaille, a entidade tem sede em 54 países, espalhados pelos cinco continentes e conta com um trabalho de cerca de 20 mil irmãs de caridade.

No Paraná, a congregação chegou em 1896, fundando a Santa Casa de Misericórdia, o Convento São José, a Escola Nossa Senhora de Lourdes - em Curitiba.

Atualmente, das 3.500 Irmãs presentes no Brasil, 146 estão no Paraná. Elas atuam na área de educação, saúde, promoção humana e pastorais sociais de diversas instituições, como a Maternidade Nossa Senhora de Fátima, Santa Casa, Colégio São José e Lar São Luiz.

O principal objetivo das Irmãs de São José é dar continuidade ao Pequeno Projeto, grande sonho do Sacer-

dote João Pedro Médaille, que diz respeito ao estabelecimento de uma vida simples e cheia de amor entre as Irmãs da Congregação.

REQUERIMENTO Nº 1960

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, oficie-se ao senhor presidente Fernando Henrique Cardoso, bem como ao Ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho Neto, e ao governador Jaime Lerner, solicitando o término definitivo do horário de verão e o retorno do horário normal do Paraná, conforme justifica.

Sala das Sessões, em 19.10.2000.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Imutáveis são as leis que regem a natureza. Imutáveis são os movimentos que regem planetas e todo o sistema solar. Imutáveis são os movimentos de rotação e de translação da terra em torno do sol. Imutáveis são as fases da lua, modificando o comportamento dos seres vivos no planeta terra. Imutável é o dia e a noite. Imutáveis são os desígnios de Deus, que criou o universo e colocou nele leis imutáveis que regem todos os seres existentes, animados e inanimados.

Imutável é o tempo, considerando períodos de dia e noite, das fases da lua, do movimento completo de translação da terra em torno do sol, que se intitula um ano.

O homem, decifrando as leis da natureza e do universo, criou o ano, dividido em meses, o mês dividido em dias, o dia dividido em horas, a hora dividida em minutos e o minuto dividido em segundos.

Sendo o tempo imutável, levando em consideração um dia de 24 horas, imutável deve ser sua interpretação numérica.

Partindo desse raciocínio cosmológico, é justo argumentar que o tempo não deve ser modificado, quando interpretando o espaço de um movimento de rotação da terra, simbolizando o dia e a noite.

Nosso País, em razão de fusos horários, que tentam interpretar de maneira mais objetiva o período de um dia de 24 horas, tem em seu sistema dois horários distintos, um para a região que amanhece mais cedo, e outro para as demais regiões. A diferença de um e outro horário é de 01 (uma) hora.

Até aqui tudo certo, dentro de leis que regem o sistema solar.

O que não é certo é tentar modificar esses horários.

E a razão que se dá é por fatores econômicos, principalmente no consumo de energia. Utilizar o máximo possível a energia solar, sem utilizar a energia elétrica, por exemplo.

Há vários fatores que podem ser enumerados para que se consiga redução da energia elétrica, como mudar hábitos de consumo, modificar horários de funciona-

mento do comércio e das indústrias. Em Curitiba, por exemplo, o horário comercial poderia ser das 8 às 18 horas, e não das 9 às 19 horas.

Em nosso entendimento, o correto é permanecer o horário já estabelecido pela própria natureza, em função do sistema solar, sem qualquer modificação, utilizando os fusos horários já demasiadamente estudados e praticados em todo o planeta terra.

A sociedade, como um todo, tem de amoldar seus hábitos em seu benefício próprio, tratando-se de hábitos de consumo, hábitos de utilização dos meios fornecidos pela natureza.

Por estas razões, apresentamos o presente requerimento, que aprovado pelos nobres Pares desta Casa, solicita ao governo federal e ao governo do Estado do Paraná a permanência do horário normal no Paraná, acabando por vez o horário de verão, que é uma discrepância das leis da natureza.

## Projetos de Lei:

### PROJETO DE LEI Nº 334/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação Rádio Comunitária Jerusalém - "AERCOJ", com sede e foro na cidade de Diamante do Norte, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.10.2000.  
(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

### PROJETO DE LEI Nº 335/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído no Estado do Paraná, a hora atividade, que é o período em que se desempenha atividades relacionadas com a docência, no seu local de exercício.

Art. 2º - Os professores da Rede Estadual de Ensino, independentemente do regime a que se acha subordinado, terão como direito constituído o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) de sua jornada de trabalho a título de hora atividade, a partir do ano letivo de 2001.

Parágrafo Único - Após dois anos da implantação o percentual de 25% (vinte e cinco por cento), deverá ser revisto visando sua ampliação.

Art. 3º - Os professores contratados pela Consolidação da Legislação Trabalhista (CLT), terão o direito

estabelecido no "caput" do artigo 2º, uma vez que lhe sejam atribuídas o mínimo de 04 horas aulas semanais.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.10.2000.

(a) ADEMIR BIER

Apoiamento:

Waldyr Pugliesi e Orlando Pessuti.

JUSTIFICATIVA:

O hora atividade para o professor é com certeza o principal avanço conquistado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9394/96), e da Lei que institui o Fundef (9424/96), no sentido de garantir um ensino de qualidade. Falar em melhorar a qualidade do ensino público sem a garantia de um tempo mínimo reduzido da jornada de trabalho, reservado para estudos, planejamentos e correções de trabalhos e provas, é fazer proselitismo sem as condições necessárias para tal. Assim, regulamentar o direito da hora atividade para os educadores do Paraná, é sem dúvida um dos atos mais nobres já votados por este Parlamento.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho, o ideal para todos os docentes seria o percentual de 50% (cinquenta por cento) de sua jornada, reservados exclusivamente para hora atividade. No Estado do Paraná temos como exemplo do exposto, às Universidades Estaduais, as Faculdades Estaduais Isoladas, e Universidade Federal do Paraná. A proposta dos 25% (vinte e cinco por cento) estabelecida na presente lei, vem de encontro ao anseio de adequação da Rede Pública de Ensino Estadual, ao tempo mínimo determinado pela Resolução 003/97 do Conselho Nacional de Educação, adequando assim o tempo da hora atividade a jornada de trabalho.

Com base em proposta assinada pelo governo do Estado do Paraná, no dia 13 de junho do corrente, em compromisso assumido para por fim a greve da educação que ocorreu no período de 23 de maio a 17 de junho, a implantação da hora atividade foi garantida para o início do ano letivo de 2001, sendo assim nada mais justo do que aprovarmos junto com os nobres Pares desta Casa uma proposta digna para todas as classes de professores da rede Pública Estadual de Ensino.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente, com a palavra o senhor deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhores deputados e senhora deputada, tem um fato que está sendo noticiado em grande parte da imprensa do Paraná referente a um acidente automobilístico que houve na rodovia que liga Palmeira a Curitiba, aonde naquela oportunidade morreu o nosso ex-secretário de Esporte e Turismo do Paraná e

conseqüentemente foi feito através daquele episódio diversos comentários.

Queria, senhor presidente, senhores deputados, não entrar naquilo que está sendo noticiado, mas principalmente nos fatos verificados. Quero com o respeito à família, com o respeito a tudo aquilo que ocorreu descrever aos senhores o que nós testemunhamos no Instituto Médico Legal de Ponta Grossa - fomos chamados pelo doutor Carlos Beltrami, chefe do IML na nossa cidade, naquele dia fatídico, aonde ele reclamava a nossa presença lá no IML de Ponta Grossa. Lá nos comparecemos. Quando lá chegamos já se encontrava o prefeito de Ponta Grossa atual, o prefeito Jocelito Canto, fomos até o interior do IML e lá se encontrava um corpo mutilado e deformado que não poderia de maneira alguma a não ser por impressões digitais ou por exames de DNA fazer a sua identificação. Em Ponta Grossa não foi feito. Lá não foram feitos estes exames porque reclamavam a presença do corpo aqui em Curitiba. Eu e o prefeito de Ponta Grossa trouxemos o corpo do acidentado, entregamos à família do deputado Joaquim dos Santos Filho, ao governador Jaime Lerner que se encontrava no Instituto Médico Legal de Curitiba e foi este o fato que realmente ocorreu. Especulações, nobre presidente e senhores deputados e senhora deputada, estão sendo feitas e nós que já passamos por um fato de acidente dentro da nossa família quase semelhante a este é que quero que os jornais, a imprensa de um modo geral, faça com que dúvidas possam ser levantadas dentro do respeito a família enlutada e principalmente dentro do fato ocorrido.

Eu e o prefeito de Ponta Grossa reconhecemos naquela oportunidade através da carteira de identidade que tinha o acidentado num de seus bolsos da camisa e ali estava a carteira de Oswaldo dos Santos Filho. Especulações, nobre líder do governo, deputado Valdir Rossoni, estão sendo colocadas em inúmeros jornais, até em rádios, não vi ainda na televisão, aonde falam que o prefeito de Ponta Grossa e o deputado Luiz Carlos Zuk foi quem reconheceu o corpo. E reconhecemos realmente, senhor presidente, a carteira de identidade que estava em um dos bolsos tirados por um dos funcionários do Instituto Médico Legal de Ponta Grossa, do acidentado.

Eu queria, nesta oportunidade, esclarecer à imprensa aqui presente, credenciada, que este foi o fato que ocorreu na cidade de Ponta Grossa. Outras coisas atinentes a esse episódio, acredito que deveriam ser mais de perto elucidadas, para que não pairassem dúvidas, e o nosso nome e o nome do prefeito não fossem envolvidos naquilo que não foi a realidade do fato ocorrido.

Foi isso que aconteceu, senhor presidente e senhores deputados. O secretário, ex-secretário Osvaldo Santos Filho, foi feita a exumação do corpo aqui em Curitiba, e tenho a certeza absoluta que dali para cá é que essas pretensas dúvidas possam ser inseridas em linhas de jornais do Parana.

Tenho a certeza, senhor presidente e senhores deputados, que nós, naquela oportunidade, além de agirmos com o espírito cristão, que é possuído o prefeito de Ponta Grossa e este deputado que vos fala, e aqueles amigos vereadores, o diretor da Secretaria de Esportes que lá estava conosco e alguns familiares do falecido, foi realmente o testemunho pelo qual nós respeitamos e não queremos que alguma coisa sem prova seja levada adiante, pelo respeito à família, e principalmente pelo respeito aos fatos que aconteceram.

Era esse o relato que queria fazer nesta manhã, para que ficasse testemunho nesta Casa, através das nossas notas taquigráficas, o que realmente ocorreu naquele acidente que aconteceu na ligação de Palmeira a Curitiba.

Obrigado, senhor presidente. Obrigado, senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Horário das Lideranças.

PL. PST. PSL. PDT. PT. PPB. PMDB. PFL. PSDB. PTB.

(**Declinam**)

Liderança da Oposição. Com a palavra o deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, senhores deputados, nobre Líder do Governo, Valdir Rossoni, não se preocupe que não iremos fazer nenhuma crítica mais azeda a Vossa Excelência ou a qualquer parlamentar.

Senhor presidente, o motivo de virmos à tribuna na manhã de hoje é em função até de uma conversa que tivemos ontem com o deputado Cezar Silvestri, que preside a Comissão de Orçamento desta Casa. Devo dizer a todos que nos ouvem neste momento, que estamos de acordo com a proposta apresentada e comentada pelo presidente daquela Comissão de Orçamento, de que as emendas por nós a serem apresentadas sejam a partir do dia 06, ou do dia 10 de novembro. E a nossa concordância não é apenas e tão somente em função das eleições que ocorrem em Londrina, Maringá e Curitiba em segundo turno, mas principalmente pelo fato de que a maioria dos prefeitos do Estado do Paraná foram prefeitos eleitos agora no dia primeiro de outubro, e não prefeitos reeleitos; porque a maioria dos prefeitos do Estado do Paraná, no ano que vem será constituída de Prefeitos que não foram reeleitos. E por essa razão, imaginando que a maioria desses prefeitos eleitos que irão governar a partir do dia 1º de janeiro do ano que vem, possui interesses diretos na elaboração da proposta orçamentária, que vamos votar até o mês de dezembro e, nós, pessoalmente, concordamos com a proposta do deputado Silvestri, e pedimos a ele que se pudesse, deixasse mais para o final do mês de novembro a apresentação dessas emendas, porque afinal de contas esses prefeitos que se elegeram encontram-se, em um período de desaquecimento da campanha de ajuste das suas prestações de contas. Estão eles todos pre-

ocupados com coisas que não deram certo, durante o período da sua campanha eleitoral. É evidente que não tiveram tempo, talvez, da maioria deles, de discutir e analisar quem será o seu secretário de finanças, o seu secretário chefe de gabinete, quem será o responsável para cuidar das propostas de emenda ao orçamento. É necessário que ao considerarmos o fato de que a maioria dos prefeitos, que tomarão posse no dia 1º de janeiro, estarão assumindo o mandato sem ter sido reeleitos. Portanto são pessoas, que não dispõem neste momento, de uma estrutura de assessoramento, não possuem uma estrutura montada, para discutir, elaborar e apresentar a nós, deputados. É que se faz necessário, sim, que deixemos as apresentações das emendas, para um pouco mais adiante, dando tempo aos prefeitos e vereadores eleitos. E dando tempo a nós também que estamos todos envolvidos nas campanhas eleitorais de Curitiba, Londrina e de Maringá, dando tempo a nós, para que possamos também estudar o projeto de lei orçamentária, que foi enviado a esta Casa, que está sendo impresso e que ainda será distribuído a nós. Não tem muito sentido, que venhamos a receber o anteprojeto, o projeto de lei e proposta orçamentária, para o ano que vem, vamos receber na semana vindoura. E já na semana vindoura termos de apresentar as emendas, muitas vezes sem termos lido o projeto.

Senhor presidente, senhores deputados, não tem muita preocupação quanto à elaboração de emendas. Devo dizer isso a Vossa Excelência, aos demais companheiros e, pessoalmente, eu, deputado Orlando Pessuti, que vou apresentar emendas ao orçamento do ano 2.001. Porque no ano passado fizeram-se acordos e mais acordos, reuniões e mais reuniões, dessa fonte orçamentária pode, dessa fonte orçamentária não pode, dessa rubrica pode, daquela rubrica orçamentária não pode, não pode ser pela Assembléia, tem que ser pela Secretaria da Fazenda e todos nós ficamos, aqui, dois, três meses analisando o orçamento, reunindo Bancadas de oposição, de governo, partidária, de líderes, com o presidente. Depois, o que a gente ouve não só dos nossos deputados da Bancada de Oposição, mas, principalmente, de deputados ligados ao governo, que nenhuma das emendas que foram acordadas, para ser apresentadas pelos senhores parlamentares, nenhuma delas, pelo menos é o que dizem aqueles que vêm conversar com a gente, que no diálogo mais fraterno e amigo fazem, de certa forma, um desafo, uma confissão daquilo que acontece ou deixa de acontecer.

Eu, pessoalmente, confesso, senhor presidente, senhores deputados, irei apresentar emendas só se for, realmente, da vontade muito grande dos prefeitos que, felizmente, conseguimos eleger. Porque, caso contrário, nenhum motivo me move a apresentar emendas, porque vejo, não so como deputado da Oposição, mas também como os deputados ligados à base do governo, não existe respeito da parte do governo e muito menos não existe respeito daquele que mereceu ontem o louvor de alguns deputados desta Casa.

Por esta razão, senhor presidente, venho à tribuna para afirmar que estou de pleno acordo e sei que a minha Bancada de Oposição também o está, de que deixemos as emendas, para a segunda quinzena do mês de novembro, que possamos apresentá-las nesse período e que possamos na primeira quinzena de dezembro analisar cada emenda, o relatório que vai ser feito pela Comissão do Orçamento e até o dia 15 de dezembro, que é o prazo, que a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei de Responsabilidade Fiscal nos faculta, aprovarmos o orçamento, para o vindouro ano de 2001. Evidentemente, que, pessoalmente, vou analisar se apresento ou não, tenho quase certeza que terei que apresentar porque os prefeitos irão exigir que assim o façamos. Mas farei isso, com muito cocontrangimento, porque não é a primeira vez, e neste ano existia uma expectativa muito grande, porque a promessa e a certeza que nos davam, se utilizasse dessa fonte, se não utilizasse daquela fonte, se fosse através disso ou daquilo que os recursos saíam. E ao final estamos nós aí, os 54 deputados, a olhar para nossas emendas e já não ter mais o que dizer aos nossos prefeitos, às nossas entidades, aos nossos municípios, pelo total desrespeito à execução da proposta orçamentária.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do senhor deputado Ademir Bier, com apoio dos senhores deputados Waldyr Pugliesi e Orlando Pessuti, constante do expediente. necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme distribuído aos senhores deputados.

### ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 174/2000, de autoria do deputado Nelson Justus, que dispõe sobre a distribuição e a destinação de medicamentos cujos prazos de validade expirem em poder das farmácias e dos distribuidores de medicamentos. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.P.. COM EMENDA DA C.S.P..

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, em nº de 02 (duas). A de nº 01, de autoria do senhor deputado Nelson Justus, devidamente apoiada. A de nº 02, de autoria dos senhores deputados Orlando Pessuti, Ademir

Bier, Nereu Moura e Chico Noroeste, nos seguintes termos:

**EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL  
DE PLENÁRIO, DE Nº 01  
PROJETO DE LEI Nº 174/2000.**

Art. 1º - É de responsabilidade das indústrias farmacêuticas e das empresa, de distribuição, dar distinção final adequada aos medicamentos, em poder de farmácias localizadas no Estado do Paraná, com prazos de validade vencidos ou fora de condições de uso, de conformidade com o previsto nos artigos 4º e 5º da Lei nº 12.493, de 22 de janeiro de 1.999.

§ 1º - Para efeito desta lei, considera-se farmácia o estabelecimento de manipulação de fórmulas magistrais e oficiais, de comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, compreendendo o de dispensação e o de atendimento privativo de unidade hospitalar ou de qualquer outra equivalente de assistência médica.

§ 2º - Para efeito desta lei, considera-se empresa de distribuição a distribuidora o fornecedor de insumos e medicamentos aos estabelecimentos de manipulação de fórmulas magistrais e oficiais, de comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, compreendendo o de dispensação e o de atendimento privativo de unidade hospitalar ou de qualquer outra equivalente de assistência médica.

Art. 2º - É assegurado às farmácias recusar o recebimento, de produtos farmacêuticos cujos prazos de validade específico tenham decorrido em mais de um terço da sua totalidade.

Parágrafo Único - A assunção, pela indústria farmacêutica, de compromisso de imediata substituição dos medicamentos cujos prazos de validade venham a expirar em poder das farmácias e das empresas de distribuição excepciona a prerrogativa disposta no *caput* deste artigo.

Art. 3º - A partir do dia que expirar o prazo de validade dos medicamentos, as farmácias informarão aos fabricantes a lista de medicamentos que tenham seus prazos de validade vencidos a fim de que sejam tomadas as medidas determinadas por esta lei.

§ 1º - No prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento das informações de trata o *caput* deste artigo, os fabricantes ou as empresas de distribuição de medicamentos providenciarão o recolhimento dos produtos para a destinação legalmente aplicável a cada caso.

§ 2º - A substituição a que se refere o parágrafo único do artigo 2º, pelas indústrias farmacêuticas dos medicamentos cujos prazos de validade expirem em poder das farmácias e das empresas de distribuição dar-se-á no prazo mínimo de 15 (quinze) dias a partir da notificação do detentor do estoque.

§ 3º - Caso o medicamento cuja distribuição foi assegurada não seja mais fabricado, fica a indústria far-

macêutica obrigada a restituir a farmácia, ao distribuidor ou à entidade adquirente, as quantias pagas, monetariamente corrigidas.

§ 4º - Caso o medicamento seja fornecido pelos distribuidores representantes da venda de medicamentos da indústria farmacêutica, este será o canal de retorno para o legítimo ressarcimento da indústria para a farmácia ou entidade adquirente.

Art. 4º - Considera-se antecipadamente vencido o medicamento cuja posologia não possa ser inteiramente efetivada no prazo de validade ainda remanescente.

Art. 5º - A inobservância dos dispositivos constantes na presente lei, sujeitará os infratores às penalidades previstas na legislação sanitária e ambiental vigentes.

Art. 6º - A atividade que tenha por objetivo a destinação final dos medicamentos vencidos ou fora de condições de uso, a ser exercida no território do Estado do Paraná, deve ser submetida a prévia análise e licenciamento ambiental do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, de conformidade com as normas ambientais vigentes.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.10.2000.

(a) Nelson Justus

Apoiamento:

Basílio Zanusso, Ademar Traiano, Hermas Brandão e Valdir Rossoni.

**EMENDA ADITIVA DE Nº 02**

O Artigo 1º do Projeto de Lei nº 174/2000, passa a ter a seguinte redação:

Artigo 1º - É de responsabilidade das indústrias farmacêuticas e das empresas de distribuição de medicamentos, dar destinação final e adequada aos produtos que estiverem sendo comercializados na rede de farmácias do Estado do Paraná, que estejam com seus prazos de validade vencidos, ou fora de condições de uso por parte dos consumidores, em conformidade com o estabelecido no Artigo 5º da Lei 12.493, de 22 de janeiro de 1999.

Sala das Sessões, em 19.10.2000.

(aa) ORLANDO PESSUTI, ADEMIR BIER, NEREU MOURA e CHICO NOROESTE.

**O Projeto será enviado à CCJ para apreciação das Emendas.**

**ITEM 02**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 205/2000, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que autoriza o Poder

Executivo a criar o Batalhão Metropolitano de Polícia Militar, sediado na cidade de Maringá. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E S.P. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 276/2000, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, que acrescenta parágrafo ao artigo 1º da Lei nº 12.027, de 04 de fevereiro de 1998. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. COM EMENDA DE PLENÁRIO, COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETOS DE LEI NºS 276 E 291/2000

#### P A R E C E R :

Os Projetos de Lei nº 276 e 291/2000, de autoria dos deputados Luiz Carlos Zuk e Tiago Amorim, respectivamente, tratam de matéria similar, regularização do Loteamento Curitiba no município de Cascavel. As proposições foram anexadas, através de requerimento ao Plenário apresentado pelo deputado Nelson Justus.

Chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, que já tinha apresentado Parecer Favorável ao Projeto de Lei nº 276/2000, apresenta Emenda Substitutiva Geral para contemplar ambas proposições, inclusive Emenda ao Projeto de Lei 276/2000 apresentada em Plenário.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 10.10.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CESAR SELEME - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL AOS PROJETOS DE LEI NºS 276 E 291/2000

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a transferir a título de doação, para a Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar, lotes urbanos sem benfeitorias localizados no loteamento denominado Curitiba, na cidade de Cascavel, de propriedade do Estado do Paraná, com as divisas e confrontações constantes na matrícula nº 24.395, do 3º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Cascavel, e abaixo descrito:

##### a) Quadra 17

- Lote nº 01 - com área de 527,00 m²;2
- Lote nº 02 - com área de 476,00 m²;2
- Lote nº 03 - com área de 476,00 m²;2
- Lote nº 04 - com área de 476,00 m²;2
- Lote nº 05 - com área de 476,00 m²;2
- Lote nº 06 - com área de 476,00 m²;2
- Lote nº 07 - com área de 476,00 m²;2
- Lote nº 08 - com área de 527,00 m²;2
- Lote nº 09 - com área de 805,00 m²;2

- Lote nº 10 - com área de 805,00 m²;2
- Lote nº 11 - com área de 805,00 m²;2
- Lote nº 12 - com área de 527,00 m²;2
- Lote nº 13 - com área de 476,00 m²;2
- Lote nº 14 - com área de 476,00 m²;2
- Lote nº 15 - com área de 476,00 m²;2
- Lote nº 16 - com área de 476,00 m²;2
- Lote nº 17 - com área de 476,00 m²;2
- Lote nº 18 - com área de 476,00 m²;2
- Lote nº 19 - com área de 527,00 m²;2
- Lote nº 20 - com área de 805,00 m²;2
- Lote nº 21 - com área de 805,00 m²;2
- Lote nº 22 - com área de 805,00 m²;2

##### b) Quadra 153/C

- Lote nº 01 - com área de 852,50 m²;2
- Lote nº 02 - com área de 852,50 m²;2
- Lote nº 03 - com área de 476,00 m²;2
- Lote nº 04 - com área de 476,00 m²;2
- Lote nº 05 - com área de 476,00 m²;2
- Lote nº 06 - com área de 442,00 m²;2
- Lote nº 08 - com área de 476,00 m²;2
- Lote nº 09 - com área de 476,00 m²;2
- Lote nº 10 - com área de 476,00 m²;2
- Lote nº 11 - com área de 852,50 m²;2
- Lote nº 12 - com área de 852,50 m²;2

##### c) Quadra 153/D

- Lote nº 01 - com área de 852,50 m²;2
- Lote nº 02 - com área de 852,50 m²;2
- Lote nº 03 - com área de 476,00 m²;2
- Lote nº 04 - com área de 476,00 m²;2
- Lote nº 05 - com área de 476,00 m²;2
- Lote nº 06 - com área de 442,00 m²;2
- Lote nº 07 - com área de 442,00 m²;2
- Lote nº 08 - com área de 476,00 m²;2
- Lote nº 09 - com área de 476,00 m²;2
- Lote nº 10 - com área de 476,00 m²;2
- Lote nº 11 - com área de 852,50 m²;2
- Lote nº 12 - com área de 852,50 m²;2

##### d) Quadra 154/A

- Lote nº 01 - com área de 852,50 m²;2
- Lote nº 02 - com área de 852,50 m²;2
- Lote nº 03 - com área de 476,00 m²;2
- Lote nº 04 - com área de 476,00 m²;2
- Lote nº 05 - com área de 442,00 m²;2
- Lote nº 06 - com área de 442,00 m²;2
- Lote nº 07 - com área de 476,00 m²;2
- Lote nº 08 - com área de 476,00 m²;2
- Lote nº 09 - com área de 476,00 m²;2
- Lote nº 10 - com área de 476,00 m²;2
- Lote nº 11 - com área de 852,50 m²;2
- Lote nº 12 - com área de 852,50 m²;2

##### e) Quadra 155/A

- Lote nº 01 - com área de 852,50 m²;2
- Lote nº 02 - com área de 852,50 m²;2
- Lote nº 03 - com área de 476,00 m²;2
- Lote nº 04 - com área de 476,00 m²;2
- Lote nº 05 - com área de 476,00 m²;2



- Lote nº 06 - com área de 442,00 m<sup>2</sup>;
- Lote nº 07 - com área de 442,00 m<sup>2</sup>;
- Lote nº 08 - com área de 476,00 m<sup>2</sup>;
- Lote nº 09 - com área de 476,00 m<sup>2</sup>;
- Lote nº 10 - com área de 476,00 m<sup>2</sup>;
- Lote nº 11 - com área de 852,50 m<sup>2</sup>;
- Lote nº 12 - com área de 852,50 m<sup>2</sup>;

f) Quadra 156/A

- Lote nº 01 - com área de 780,00 m<sup>2</sup>;
- Lote nº 02 - com área de 780,00 m<sup>2</sup>;
- Lote nº 03 - com área de 510,00 m<sup>2</sup>;
- Lote nº 04 - com área de 510,00 m<sup>2</sup>;
- Lote nº 05 - com área de 510,00 m<sup>2</sup>;
- Lote nº 06 - com área de 510,00 m<sup>2</sup>;
- Lote nº 07 - com área de 900,00 m<sup>2</sup>;
- Lote nº 08 - com área de 900,00 m<sup>2</sup>;
- Lote nº 09 - com área de 2.610,00 m<sup>2</sup>;

g) Quadra 156/B

- Lote nº 01 - com área de 3.770,00 m<sup>2</sup>;

h) Quadra 158/A

- Lote nº 01 - com área de 747,50 m<sup>2</sup>;
- Lote nº 10 - com área de 476,00 m<sup>2</sup>;
- Lote nº 11 - com área de 527,00 m<sup>2</sup>;
- Lote nº 12 - com área de 747,50 m<sup>2</sup>;

i) Quadra 161/A

- Lote nº 01 - com área de 845,00 m<sup>2</sup>;
- Lote nº 02 - com área de 845,00 m<sup>2</sup>;
- Lote nº 03 - com área de 442,00 m<sup>2</sup>;
- Lote nº 04 - com área de 442,00 m<sup>2</sup>;
- Lote nº 05 - com área de 442,00 m<sup>2</sup>;
- Lote nº 06 - com área de 442,00 m<sup>2</sup>;
- Lote nº 07 - com área de 442,00 m<sup>2</sup>;

Art. 2º - Fica a Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar, autorizada a transferir através de escritura pública, aos ocupantes e detentores de documentos expedidos por quem possuía o domínio na época da alienação ou da promessa de venda, dos lotes urbanos do loteamento Curitiba, identificados no Artigo 1º desta lei, que comprovarem a legitimidade perante a Comissão Especial de Regularização do Loteamento Curitiba, na cidade de Cascavel.

Art. 3º - A comissão de que trata o artigo anterior será criada pelo Poder executivo, através de decreto, no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação desta lei, sendo formada por um representante de cada uma das entidades abaixo, do município de Cascavel, e designados no mesmo Ato.

- a) Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar;
- b) Prefeitura Municipal;
- c) Ordem dos Advogados do Brasil;
- d) Associação Comercial e Industrial;
- e) Ministério Público;
- f) Associação de Moradores do Loteamento

Curitiba.

§ 1º - A comissão será presidida pelo representante da Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar.

§ 2º - Com exceção do representante da Associação de Moradores, nenhum representante de entidade poderá compor a comissão se possuir imóvel no referido loteamento, interesse ou atividade relacionada direta ou indiretamente com o mesmo.

Art. 4º - A Comissão terá poderes para examinar os documentos, visando identificar os legítimos ocupantes dos lotes, lavrando as decisões e conclusões em ata e expedindo certidão para que a Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar, possa outorgar a respectiva escritura pública.

Art. 5º - os ocupantes de lotes que não comprovarem a legitimidade da ocupação ou aquisição, deverão habilitar-se à regularização das respectivas áreas, mediante a pagamento de valor estabelecido pela Comissão, em favor da Cohapar, através de pesquisa de mercado e avaliações oficiais.

Parágrafo Único - Os pagamentos mencionados nesta lei serão recolhidos em favor da Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar.

Art. 6º - Constatando a Comissão, a existência de má fé na venda ou ocupação de lotes, deverá expedir documento ao Ministério Público para as providências judiciais cabíveis.

Art. 7º - A Comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias para fixar normas para o seu funcionamento e receber os documentos, devendo concluir os trabalhos de estudos dos documentos e expedição de certidões para a Cohapar, no máximo em 90 (noventa) dias, a partir da sua constituição.

Art. 8º - Ficam excluídos dos dispositivos do art. 1º desta lei, os lotes de ocupantes e detentores de documentos expedidos por quem possuía o domínio na época ou da promessa de venda dos lotes urbanos do Loteamento Curitiba, que estejam ocupadas por edificações constituídas e pertencentes à Administração Pública, ou que estejam sendo utilizadas como logradouros públicos, esses serão indenizados na forma da lei.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10.10.2000.  
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CESAR SELEME - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETOS DE LEI NºS 276/2000,  
291/2000 E EMENDA

P A R E C E R :

**Relatório**

De autoria dos deputados Luiz Carlos Zuk e Tiago Amorim Novaes, o presente plano de lei visa autorizar o Poder Executivo a transferir por Doação Lotes Urbanos à Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar, e dá outras providências. (Município de Cascavel)

**Fundamentação**

A proposição foi analisada anteriormente pela Comissão de Constituição e Justiça, a qual recebeu Parecer Favorável. Chamada esta Comissão de Finanças a opinar, conclui que:

Tal iniciativa pretende regularizar a situação dos moradores do Loteamento Curitiba. Isto somente ocorrerá através de doação dos lotes do Estado à Cohapar, afim de firmar a transferência aos legítimos possuidores de Direitos Possessórios, buscando garantir o direito aos que adquiriram de boa fé os referidos lotes.

Desta forma colocará um fim a reivindicação de famílias que há mais de 30 anos vêm lutando por seus direitos.

**Conclusão**

Assim sendo, no âmbito desta Comissão Técnica, conforme o disposto no artigo 33, do Regimento Interno, opinamos pela aprovação da matéria, através do Parecer Favorável aos Projetos de lei nºs 276/2000, 291/2000 e Emenda apresentada em Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.10.2000.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI NºS 276/2000 E  
291/2000 APENSOS

**Relatório**

276/2000 - Acrescenta parágrafo ao artigo 1º da Lei nº 12.027 de 04 de fevereiro de 1998.

291/2000 - Autoriza o Poder Executivo a transferir por doação lotes urbanos à Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar, e dá outras providências.

**Fundamentação**

Tendo em vista, estar tramitando anterior proposição (276/2000), que objetiva solucionar a questão legal, oriunda das disposições da Lei nº 12.027 de 04 de fevereiro de 1998, que deixou uma lacuna referente às áreas que foram ocupadas por bens e logradouros públicos, com a indenização, na forma da lei, a quem de direito optou-se por transcorrer em apenso a proposição posterior (291/2000), que inclui-se no assunto por tratar-se de matéria similar.

**Conclusão**

Esta comissão chamada a opinar, vendo que fundamentou-se tal decisão no Regimento Interno desta Casa de Leis (artigo 121) e atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa, decide por Parecer Favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 18.10.2000

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

**Aprovado o Projeto, artigo por artigo. Aprovado o Substitutivo Geral da C.C.J., artigo por artigo. Emenda - Aprovada.**

**ITEM 04**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 315/2000, de autoria do deputado Antonio Annibelli, que declara de Utilidade Pública Estadual, a Escolinha de Futebol PP, com sede e foro no município de Clevelândia. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 318/2000, de autoria do deputado Miltinho Puppino, que declara de Utilidade Pública o "Lar São Vicente de Paulo", com sede em Califórnia e foro em Marilândia do Sul. COM PARECER DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 06**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 067/2000, de autoria do deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública a Associação das Primeiras Damas do Oeste do Paraná - Adamop, com sede e foro no município de Cascavel. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 015, de 15.03.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 067/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Ademir Bier, visa declarar de Utilidade Pública, a Associação das Primeiras Damas do Oeste do Paraná - Adamop, com sede e foro no município de Cascavel.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade da matéria, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 10.10.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

**ITEM 07**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 140/2000, de autoria do deputado Nelson Justus, que autoriza o Poder Executivo a estabelecer requisitos para a criação, a autorização de funcionamento, o acompanhamento, a avaliação e o reconhecimento dos cursos de graduação na área médica, das instituições de educação superior integrantes do Sistema Estadual de Educação e adota outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA

C.C.J. E C.E.C.E.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 048, de 10.05.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 140/2000

**P A R E C E R :**

De autoria do deputado Nelson Justus, o presente projeto de lei visa estabelecer requisitos para a criação, a autorização de funcionamento, o acompanhamento, a avaliação e o reconhecimento dos cursos de graduação na área médica, das instituições de educação superior do Estado do Paraná. Da análise, observa-se que o texto preserva as prerrogativas do Conselho Estadual de Educação, bem como aquelas indicadas pela lei Federal 9394/96-LDB, indicando, porém algumas novas linhas para melhor qualificar a pretensão das diversas regiões que pretendem a criação de cursos superiores na área médica.

**Do Voto:**

Parecer Favorável.

Sala das Sessões, em 12.09.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

BETO RICHA - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E ESPORTES  
PROJETO DE LEI Nº 140/2000

**P A R E C E R :**

**Relatório**

Da autoria do deputado Nelson Justus, o presente plano de lei visa autorizar o Poder Executivo a estabelecer requisitos para a criação, autorização, acompanhamento, avaliação e o reconhecimento de cursos de graduação na área médica, das instituições de Educação Superior integrantes do Sistema de Educação.

**Fundamentação**

No tocante à constitucionalidade e a legalidade da matéria, a Comissão de Constituição e Justiça nada encontrou que pudesse obstar.

**Conclusão**

No que compete a esta Comissão se manifestar, conforme atribuição dada pelo § 7º, do artigo 33, do Regimento Interno desta Casa, nos posicionamos Favoravelmente à aprovação da matéria, objeto deste Parecer, já que a mesma é meritória e preserva as prerrogativas do Conselho Estadual de Educação e a LDB.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 25.09.2000.

(aa) IRINEU COLOMBO - Presidente

CESAR SELEME - Relator

**ITEM 08**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de lei nº 200/2000, de autoria do deputado Neivo Beraldin, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia Especializada em Crimes

na Internet. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E S.P.. **(Publ. no D.A. nº 078, de 14.06.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 200/2000

**P A R E C E R :**

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do deputado Neivo Beraldin, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a criar a Delegacia Especializada em Crimes na Internet.

Chamada esta Relatoria a se pronunciar sobre a legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis, sendo pois, nosso Parecer Favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 03.10.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 200/2000

**P A R E C E R :**

**Relatório**

De autoria do senhor deputado Neivo Beraldin, o presente projeto de lei tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar a Delegacia Especializada em Crimes na Internet.

**Fundamentação**

Sobre a matéria, já existe o pronunciamento Favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Segurança Pública entende que a medida proposta tem por finalidade colocar à disposição técnicas e informações que obstruam a atuação dos meliantes, que vêm desestabilizando as relações e informação proporcionadas pelo sistema.

**Conclusão**

Diante do exposto, somos de Parecer Favorável.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 17.10.2000.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 200/2000.

**ITEM 09**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 206/2000, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza a criação da Circunscrição Regional de Serviços de Trânsito, Ciretran, no município de Andirá. COM PARECERES

**FAVORÁVEIS DA C.C.J. E S.P.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 083, de 20.06.2000)**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 206/2000**

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hermas Brandão, tem por objetivo autorizar a criação da Circunscrição Regional de Serviços de Trânsito, Ciretran, no município de Andirá.

Chamada esta Comissão a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sala das Comissões, em 08.08.2000.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente  
**DUÍLIO GENARI** - Relator

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 206/2000**

**P A R E C E R :**

**Relatório**

De autoria do deputado Hermas Brandão, tem o objetivo de autorizar a criação da Circunscrição Regional de Serviços de Trânsito, Ciretran, no município de Andirá.

**Fundamentação**

Sobre a matéria, já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Segurança Pública entende que a medida proposta visa resolver as questões relacionadas com o trânsito e assim garantir condições de melhor atendimento à população.

**Conclusão**

Diante do exposto, somos de Parecer Favorável.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 17.10.2000.

(aa) **RICARDO CHAB** - Presidente  
**MOYSÉS LEÔNIDAS** - Relator

**ITEM 10**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 210/2000, de autoria do deputado Miltinho Puppio, que declara de Utilidade Pública o Centro de Reintegração e Valorização da Vida, C.R.V.V., com sede e foro no município de Apucarana. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 083, de 20.06.2000)**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 210/2000**

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Miltinho Puppio, visa declarar de Utilidade Pública o Centro de Reintegração e Valorização da Vida, C.R.V.V., com sede e foro no município de Apucarana.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade da matéria, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 10.10.2000.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente  
**SERAFINA CARRILHO** - Relatora

**ITEM 11**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 273/2000, de autoria da deputada Serafina Carrilho, que declara de Utilidade Pública a Associação Maringá Apoiando a Recuperação de Vidas, Marev, com sede e foro no município de Maringá. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 110, de 23.08.2000)**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 273/2000**

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria da deputada Serafina Carrilho, declara de Utilidade Pública a Associação Maringá Apoiando a Recuperação de Vidas, Marev, com sede e foro no município de Maringá.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de Parecer Favorável, na forma da emenda anexa.

Sala das Comissões, em 10.10.2000.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente  
**ANTONIO CARLOS BELINATI** - Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL  
PROJETO DE LEI Nº 273/2000**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Maringá Apoiando a Recuperação de Vidas, Marev, com sede e foro no município de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10.10.2000.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente  
**ANTONIO CARLOS BELINATI** - Relator

**ITEM 12**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 324/2000, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Fundação Escola Pública do Ministério Público do Paraná, Fempar, com sede e foro no município de Curitiba. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 134, de 09.10.2000)**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

## PROJETO DE LEI Nº 324/2000

## P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hermas Brandão, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Fundação Escola Pública do Ministério Público do Paraná, Fempar, com sede e foro no município de Curitiba.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade da matéria, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 17.10.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DÚLIO GENARI - Relator

## O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1958, de autoria do senhor deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1960, de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1961, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1963 e 1964, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 23, à hora regimental, com a seguinte

## ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 276/2000 e do Projeto de Resolução nº 012/2000.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 067, 140, 206, 210, 223, 273 e 324/2000.

Levanta-se a sessão.

## 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

## 14ª LEGISLATURA

## ATA DA 026ª SESSÃO

## EXTRAORDINÁRIA

## REALIZADA EM

19 DE OUTUBRO DE 2000

(quinta-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Hermas Brandão e Basílio Zanusso.

Às dez horas e vinte e cinco minutos, é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Fernando Ribas Carli, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (53). Achando-se em licença o senhor deputado Ângelo Vanhoni (01).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

## SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

## O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

## O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

## O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não havendo expediente a ser lido, nem oradores inscritos,

Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

## ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 280/2000, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública o “Grupo Alicerce de Teatro, no município de Londrina, com sede e foro no mesmo município. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 280/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Grupo Alicerce Teatro, com sede e foro no município de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 18.10.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

ANTONIO BARATTER - Relator

**ITEM 02**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 306/2000, de autoria do deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública o Clube do Idoso “Reviver em Cristo”, com sede e foro no município de Rondon e foro no município de Cidade Gaúcha. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 306/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná.

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Clube do Idoso “Reviver em Cristo”, com sede no município de Rondon e foro no município de Cidade Gaúcha.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 18.10.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

ANTONIO BARATTER - Relator

**ITEM 03**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 313/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa - SBCI, com sede e foro no município de Londrina. **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a sessão.